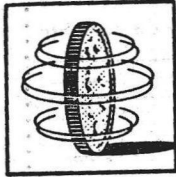


Governo pode prefixar câmbio e tarifas

Plano Haddad deve propor também a conversão de títulos da dívida externa em investimento em estradas, habitação e saneamento básico

Wilson Pedrosa/AE



A prefixação do câmbio e das tarifas públicas em percentuais gradativamente reduzidos está entre as alternativas discutidas pela equipe econômica para o plano de estabilização em preparação no governo. A prefixação teria a função de abrir caminho para ancorar a economia no dólar e, ao mesmo tempo, o governo adotaria medidas também gradativas de liberalização do câmbio. A primeira delas seria permitir a empresas exportadoras a abertura de contas bancárias em dólar para movimentar a receita cambial obtida com vendas ao Exterior. Com isso, haveria um alívio de US\$ 40 bilhões — meta de exportações para este ano — no impacto sobre a base monetária, com resultados positivos sobre a inflação.

Os que defendem a idéia na equipe econômica adotam a linha gradualista no combate à inflação, mas temem que não seja bem-recebida por Itamar Franco, que prefere resultados mais fortes e rápidos. Seria, contudo, um caminho mais seguro e menos traumático.

A prefixação se daria em prazos mais curtos num primeiro momento. O governo começaria anunciando que no mês seguinte o câmbio e as tarifas públicas (únicos preços sob seu controle) sofreriam variação máxima de um determinado percentual, sempre abaixo da inflação do mês anterior e assim sucessivamente. Na medida em que os efeitos sobre a queda dos preços aparecem, o governo vai esticando o prazo da prefixação do câmbio, de mensal para bimestral e assim gradativamente.

Senso comum — O governo acredita que atrás da variação do câmbio e das tarifas virão os demais preços da economia, sobretudo os originários de contratos de compra e venda que, por envolver interesses conflitantes, acabam usando os índices do governo para consenso. As empresas estatais, que compram produtos e insumos de fornecedores privados podem ser usadas para liderar o movimento, exigindo que o fornecedor elimine do preço a gordura embutida por conta da inflação futura.

O resultado da aplicação de um plano desse tipo seria gradativo, portanto, bem diferente do que foi feito na Argentina, onde o dólar sofreu um bom reajuste, foi congelado e hoje, dois anos depois, acumula uma diferença de 45%. No Brasil a prefixação cambial serviria para reduzir paulatinamente os preços e abrir caminho para que o dólar seja adotado como único indexador. Mas para que tudo isso aconteça é necessário que dois terços do Congresso concordem em mudar a Constituição, revogando a proibição hoje existente de uso do dólar como indexador em contratos.

Títulos da dívida — A equipe do ministro



Negação

Plano Haddad não existe, diz Itamar: "Nenhuma medida de caráter extraordinário poderia ser tomada sem conhecimento do presidente"

Paulo Haddad também estuda a volta das conversões de títulos da dívida externa em investimentos. As operações seriam limitadas aos setores de infraestrutura: estradas, habitação e saneamento básico. Esse tipo de operação foi suspenso no final do governo Sarney por ser inflacionário, pois, na prática, aumenta o volume de moeda em circulação. Assessores do ministro, porém, ponderam, a favor da volta da conversão de dívida, que esse efeito seria compensado pela contração do meio circulante provocada pela retirada de US\$ 4 bilhões das reservas internacionais para o resgate de parte da dívida interna, outro item do Plano Haddad.

Itamar nega — O presidente Itamar Franco manteve o hábito de responsabilizar a imprensa por notícias que considera infundadas e negou ontem à tarde a existência do Plano Haddad, como o Estado noticiou em manchete. "Nenhuma medida de caráter extraordinário poderia ser tomada sem o expresse e prévio co-

nhecimento do presidente da República", informou o secretário-adjunto de Imprensa, Fernando Costa.

O ministro Paulo Haddad disse que o governo vai adotar medidas "rápidas e drásticas" para reduzir a inflação, ao lado do receituário clássico. Haddad garantiu, no entanto, que o governo não pensa em adotar nenhum tipo de prefixação de preços e de salários. "Vamos buscar formas pactuadas para acabar com a inércia inflacionária."

Apesar do desmentido de Itamar, o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, confirmou que o governo prepara medidas para a estabilização da economia, entre as quais o resgate de um volume substancial de títulos da dívida pública. O governo, segundo Loyola, pretende resgatar um valor no mínimo igual à metade da previsão de arrecadação do IPMF, ou algo em torno de US\$ 4 bilhões, conforme havia sido adiantado ontem pelo Estado.

■ Mais informações na página 3